



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA**

**DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSO**

O Coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Civil, Geologia e Minas (C.E.E.C.G.M), Eng. Civil **ANTONIO CARLOS DO AMARAL RIBEIRO**, no uso de suas competências regimentais, conforme inciso IX do artigo 59 do Regimento Interno do CREA/MA, distribui para elaboração de relatório e voto fundamentado, o processo nº **2584507/2019** ao Conselheiro Regional:

|   |   |
|---|---|
|   | <b>Eng. Civil VALDENER CASTRO SILVA</b>       |
|   | <b>Eng. Civil ARNALDO CARVALHO MUNIZ</b>      |
|   | <b>Eng. Civil EURIDICE AMÉLIA REIS RABELO</b> |
|   | <b>Eng. Civil NAGIB ABRAHÃO DUAILIBE NETO</b> |
| X | <b>Eng. Civil RANYELLE RICARDO SANTOS</b>     |
|   | <b>Eng. Civil JOSÉ HENRIQUE CAMPOS FILHO</b>  |
|   | <b>Eng. Civil PAULO SERGIO SANTOS MOREIRA</b> |
|   | <b>Geól. THIAGO VIEIRA MOREIRA</b>            |
|   | <b>Eng. Civil LUIS ANTONIO SIMÕES HADADE</b>  |
|   | <b>Eng. Civil RAIMUNDO XAVIER LIMA SILVA</b>  |

São Luis, 07 de fevereiro de 2019

  
Eng. Civ. - Antônio Carlos A. Ribeiro  
Conselheiro Regional do CREA-MA  
RN - 1113599162



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO - CREA/MA

|                      |  |
|----------------------|--|
| Câmara Especializada | ENGENHARIA CIVIL, GEOLOGIA E MINAS         |
| Referencia           | Registro de Pessoa Jurídica – 2584507/2019 |
| Interessado          | JOSE MORAIS DE SOUSA - ME                  |

### RELATÓRIO E VOTO FUNDAMENTADO

#### HISTÓRICO:

A empresa **JOSE MORAIS DE SOUSA - ME** solicitou o Registro de Pessoa Jurídica, protocolado neste Conselho sob o nº **2584507/2019**. O processo foi encaminhado a esta Câmara Especializada, do CREA-MA, para decisão do pedido consubstanciado nas considerações a seguir:

#### CONSIDERAÇÕES:

CONSIDERANDO que a regulamentação dos pedidos de registros de empresas perante o Conselho Regional se dá com base na Resolução nº. 336/1989 CONFEA;

CONSIDERANDO que o profissional indicado, o Eng. Civil **ALINE MARQUES MOREIRA LIMA** com atribuições do artigo 7º da Resolução 218/73 do CONFEA, encontra-se em dias com este Conselho, e já é responsável técnico por duas empresas perante o CREA-MA, com carga horária total de 22 (vinte e duas) horas semanais;

CONSIDERANDO que o pedido de vinculação de responsabilidade profissional na empresa interessada é de 10 (dez) horas semanais.

CONSIDERANDO o Parágrafo Único do art. 18 da Resolução 336/89 do CONFEA, que discrimina:

“em casos excepcionais, desde que haja compatibilização de tempo e área de atuação, poderá ser permitido ao profissional, a critério do Plenário do Conselho Regional, ser o responsável técnico por até 03 (três) pessoas jurídicas, além de sua firma individual”.

CONSIDERANDO a **regularidade** da documentação apensada ao processo, conforme legislação pertinente;

CONSIDERANDO a competência originária do Plenário do Conselho.

#### VOTO:

Diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo, **encaminhamos o processo ao Plenário do CREA-MA** para decisão, recomendando o **DEFERIMENTO** do pedido de **Registro de Pessoa Jurídica**, com a inclusão do profissional e **com restrições das atividades não cobertas pelas atribuições de seu responsável técnico**, conforme parágrafo único do art. 13, da Resolução 336/1989 do CONFEA, devendo o setor responsável adotar as providências neste sentido.

É o voto.

São Luis, 07 de fevereiro de 2019.

  
Eng. Civ. Ranyello Ricardo Santos  
Conselheiro Regional do CREA-MA  
RN- 1106232600



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| Câmara Especializada:            | ENGENHARIA CIVIL, GEOLOGIA E MINAS         |
| Referência:                      | Registro de Pessoa Jurídica – 2584507/2019 |
| Interessado:                     | JOSE MORAIS DE SOUSA - ME                  |
| Decisão da Câmara Especializada: | C.E.E.C.G.M Nº. 43/2019                    |

EMENTA: REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA.  
DEFERIMENTO.

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Civil, Geologia e Minas reunida nesta data, apreciou, nesta data, o processo da empresa **JOSE MORAIS DE SOUSA - ME** que solicitou o Registro de Pessoa Jurídica, protocolado neste Conselho sob o nº **2584507/2019**. O processo foi encaminhado a esta Câmara Especializada, do CREA-MA, para decisão do pedido consubstanciado nas considerações a seguir: **CONSIDERAÇÕES:** CONSIDERANDO que a regulamentação dos pedidos de registros de empresas perante o Conselho Regional se dá com base na Resolução nº. 336/1989 CONFEA; CONSIDERANDO que o profissional indicado, o Eng. Civil **ALINE MARQUES MOREIRA LIMA** com atribuições do artigo 7º da Resolução 218/73 do CONFEA, encontra-se em dias com este Conselho, e já é responsável técnico por duas empresas perante o CREA-MA, com carga horária total de 22 (vinte e duas) horas semanais; CONSIDERANDO que o pedido de vinculação de responsabilidade profissional na empresa interessada é de 10 (dez) horas semanais. CONSIDERANDO o Parágrafo Único do art. 18 da Resolução 336/89 do CONFEA, que discrimina: “em casos excepcionais, desde que haja compatibilização de tempo e área de atuação, poderá ser permitido ao profissional, a critério do Plenário do Conselho Regional, ser o responsável técnico por até 03 (três) pessoas jurídicas, além de sua firma individual”. CONSIDERANDO a **regularidade** da documentação apensada ao processo, conforme legislação pertinente; CONSIDERANDO a competência originária do Plenário do Conselho. CONSIDERANDO o voto do conselheiro relator. Diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo, **DECIDIU** pelo **encaminhamento do processo ao Plenário do CREA-MA** para decisão, recomendando o **DEFERIMENTO** do pedido de **Registro de Pessoa Jurídica** e a inclusão do profissional apresentado. O registro deve ser concedido **com restrições das atividades não cobertas pelas atribuições de seu responsável técnico**, conforme parágrafo único do art. 13, da Resolução 336/1989 do CONFEA, devendo o setor responsável adotar as providências neste sentido. Esta foi a decisão da maioria dos membros que votaram o pleito.

Cientifique-se e cumpra-se.

Coordenou a Reunião o Conselheiro Regional:

São Luís - MA, 07 de Agosto de 2019

  
Eng. Civ. Antônio Carlos A. Ribeiro  
Conselheiro Regional do CREA-MA  
RN - 1113599162